

O sistema neoliberal e o ataque aos direitos e à educação pública

**PROFESSORA MAGDA VICENTE ESCREVE SOBRE OS
CONSTANTES ATAQUES À EDUCAÇÃO - A "UBERIZAÇÃO"
E O DESMANCHE DA UNIVERSIDADE PÚBLICA
P.3**

**APROFURG APROVA ALTERAÇÃO DO
SEU ESTATUTO E REGIMENTO P. 5**

INFORME JURÍDICO P. 7

EDITORIAL

É com imensa felicidade que estamos retornando com o pó de giz, depois do período pandêmico que nos obrigou a mudar a nossa forma de convivência e de atuação. Contudo, nesse espaço de tempo, o que não faltou foram motivos para estarmos na luta e a Aprofurg, mesmo com todos os cuidados sanitários, manteve-se ativa na defesa da FURG, do IFRS – Campus Rio Grande, da educação pública, do SUS e dos trabalhadores e das trabalhadoras brasileiras.

Uma época muito difícil foi vivenciada por todos(as) nós, na qual vimos o quanto é importante a socialização e o quanto foram e são essenciais os serviços públicos e os servidores(as).

Nesse sentido é que o nosso sindicato torna-se ainda mais fundamental, visto que estar nas ruas, nas redes sociais, nas portas do congresso nacional, nos ministérios em Brasília foi mais que necessário para que não perdêssemos mais direitos. Direitos esses que foram conquistados por outros(as) trabalhadores(as) há anos atrás, por meios de lutas, embates e greves que viabilizaram o que temos atualmente. Hoje, continuamos essa luta. Gostaríamos de estar lutando por mais direitos, no entanto, neste momento, estamos lutando para não os perder.

Direito à democracia, educação, saúde, segurança e seguridade social públicas, gratuitas e de qualidade.

Mais do que nunca, é necessário que estejamos atentos ao que acontece ao nosso entorno e na capital federal. Este ano, 2022, é decisivo para a sobrevivência da jovem democracia brasileira e temos o dever de **DERROTAR BOLSONARO NAS RUAS E NAS URNAS**.

Entretanto, esse não pode ser o nosso único objetivo, precisamos fortalecer-nos nas nossas bases, unir a nossa categoria docente para defender o nosso bem mais precioso: a educação pública. As instituições públicas de ensino superior federal estão correndo um o risco de não retomarem suas atividades presenciais, como entendemos que devem ser feitas, respeitando o tripé do ensino, da pesquisa e da extensão com qualidade e compromisso social.

Os orçamentos das instituições não são suficientes para atender às necessidades mínimas, que é de estarmos em sala de aula e realizarmos atividades de campo. Falta dinheiro para o pagamento de serviços básicos, como energia elétrica, água, telefone e limpeza. As bolsas estão sendo reduzidas a quantidades insuficientes para atender os(as) alunos(as) filhos e filhas de trabalhadores e trabalhadoras, que vêm a universidade como uma forma de mudar o futuro de suas famílias. Com isso, vemos um alto índice de evasão nas universidades e institutos federais, pois os(as) nossos(as) estudantes precisam trabalhar para sustentarem-se.

Os cortes orçamentários para a educação têm sido recorrentes nesses últimos anos, não foi à toa que, em 2016, realizamos uma greve contra a Emenda Constitucional (EC) 95. Na época, chamávamos de PEC da MORTE ou PEC do Fim do mundo, da qual muitos de vocês devem lembrar. Naquele momento, já sabíamos que o cenário que estamos vivenciando atualmente iria acontecer e os próximos anos não serão diferentes, se essa EC não for revogada.

Sendo assim, contamos com todos, todas e todes colegas professoras e professores da FURG e do IFRS-Campus Rio Grande. Venham para a Aprofurg, juntem-se a nós, juntem-se à luta, pois sabemos que sozinhos e isolados não conseguimos nada, a nossa força está no coletivo e apenas fortalecendo o nosso sindicato é que podemos continuar resistindo contra todos os ataques e vislumbrar um futuro melhor para as nossas instituições e para a sociedade brasileira.

Pois quem tem sindicato nunca está sozinho(a)!!!

Muita força, muita luta, e muito companheirismo!!!

DERROTAR BOLSONARO NAS RUAS E NAS URNAS!!!

Saudações Sindicalistas!

Marcia Borges Umpierre - Presidenta

[...]se hoje o litro de leite custa 10 reais e se há 33, 1 milhões de brasileiros passando fome no Brasil [...], é porque você, cidadão brasileiro, não se esforçou o suficiente, dizem eles!

O sistema neoliberal e o ataque aos direitos e à educação pública

Magda Vicente

Gostaria de iniciar este texto de forma esperançosa, mas isso não será possível. Portanto, espero conseguir encerrá-lo de outra maneira, diferente da que o início. Puello-Socarras (2021) irá dizer que estamos vivendo hoje um período denominado de novo neoliberalismo, isso porque o capitalismo está em outra fase, a fase do indivíduo empreendedor. Já Harvey (2008) vai agregar a essa característica outras que vêm embasando o sistema neoliberal tanto teoricamente quanto na prática, quais sejam: o fim do Estado de direito, através de reformas como a trabalhista, no Brasil instituída pela Lei nº 13467/2017 e, pela reforma da previdência, realizada no ano de 2019. Soma-se a isso a desestatização, e o fim do Estado de Bem-estar social. Assim, o que antes era um direito oferecido pelo Estado, como saúde, educação e saneamento público, passa a ser um produto, ofertado pelo mercado e inicialmente aceito pela sociedade, convencida pelo falacioso discurso de que o setor privado seria o garantidor do seu “bom” funcionamento. Mas, junta-se a essas uma outra característica fundamental do sistema neoliberal, como bem destaca Harvey (2008), que é a necessária destruição dos sindicatos e de todas as representações classistas uma vez que sem a organização da classe trabalhadora, o sistema capitalista “deitaria” mais fácil em berço esplendido, pois seria incorporado de forma mais rápida e leniente na sociedade. Nesse sentido, a elite brasileira tem trabalhado fortemente, para que o obstáculo da luta sindical, dos coletivos e das minorias seja completamente destruído. Para colaborar nesse objetivo, aciona o discurso de

empreendedorismo e direciona toda e qualquer responsabilidade sobre o sucesso ou o fracasso do trabalhador e da trabalhadora como consequência do resultado de um esforço individual, que retira do Estado e do mercado sua grande contribuição para a situação econômica, política e social brasileira. Com isso, se hoje o litro de leite custa 10 reais e se há 33, 1 milhões de brasileiros passando fome no Brasil (quadro que remonta a gravíssima situação da década de 1990), é porque você, cidadão brasileiro, não se esforçou o suficiente, dizem eles! Importante destacar que para a implementação desse sistema, a sua forma varia, seja com, ou sem democracia, que é o que estamos vivendo hoje no Brasil com um governo fascista e neoconservador.

No que tange a educação, o cenário também é um dos piores, pois o Estado passa a ser avaliador e regulador e vai se retirando da obrigatoriedade de prover a ensino público. Para reforçar ideologicamente essa postura, o governo ataca a educação e fragiliza sua principal estrutura, o MEC. Desde 2018 já tivemos mais de 5 ministros da educação e todos apresentaram reputações que não coadunavam com o rigor que o cargo exige, os escândalos foram desde ministros que apresentaram diploma de pós-graduação falsos até pastor acusado de propina.

Hoje há diversos projetos de destruição do ensino superior público, dentre eles cito a PEC 32 da reforma administrativa que, entre tantos problemas, retira a estabilidade do servidor e da servidora, realiza cortes em direitos adquiridos como as férias e ameaça o

sistema de aposentadoria. A PEC 206/2019, que prevê a cobrança de mensalidade nas universidades públicas, e a PEC do Teto que congelou os gastos com a educação por 20 anos e atinge diretamente a assistência estudantil, pois afeta um dos programas mais importantes da educação que é Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), responsável por oferecer assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico nas IES. Para a continuidade das classes populares no ensino superior público, torna-se fundamental não apenas garantir o ingresso do estudante pelas cotas, mas também meios e assistência para sua permanência na Universidade pública. Hoje, caso os cortes não sejam revertidos, a Furg não terá condições de manter as portas abertas para além do mês de agosto.

Tal destruição do Estado brasileiro e de direitos é fortalecida pelo conteúdo ideológico que o atual governo dissemina nas redes sociais e jornalísticas (pró-governo), junto a membros de partidos conservadores e de direita que bradam com arma na mão utilizando o nome de Deus, da pátria e da família de forma leviana, enganosa e interesseira. E assim, contraditória e vergonhosamente, tentam convencer a população de que é a educação pública um dos grandes problemas desse país e, portanto, bastaria entregá-la ao setor privado para que toda a sociedade, através do seu próprio esforço, voltasse a ser feliz, mesmo que para isso ela não tenha sequer oportunidades. Assim, a população não tem mais como se aposentar, pois esse Estado não fornecerá mais aposentaria pública, não fornecerá mais direito à saúde, uma vez que o SUS também deverá ser privatizado, não ofertará a escola pública e sequer direitos trabalhistas, muitos dos quais já foram retirados. Tudo isso para o bem do “novo” neoliberalismo “progressista” que atendendo ao que há de mais “moderno e tecnológico” garante a responsabilidade do trabalhador e da trabalhadora através da possibilidade de autonomia e flexibilidade trabalhando em casa ou 18h no serviço de Uber, por exemplo. Afinal, estamos falando de um Estado que garante, via setor privado, uma

formação básica para o mercado de trabalho e que abandona o conteúdo crítico das escolas brasileiras, além, é claro, de destruir o Ensino Superior e destiná-lo apenas a uma elite. Afinal, sem assistência quem consegue permanecer na Universidade?

Porém, o sonho prometido de empreendimento individual ainda não atingiu seu êxito, pois, no que diz respeito à intenção deliberada de destruição dos sindicatos, o sistema neoliberal precisa chegar a patamares mais profundos de corrosão das capacidades afetivas do ser humano. A coletividade, por mais temida e, ainda que, frágil, mantém-se viva por meio de uma grande diversidade de organizações, sejam elas estudantis, trabalhistas ou classistas. Portanto, muitos dos nossos direitos ainda não foram retirados porque a sociedade denunciou e reivindicou a permanência de um Estado de direito, que deveria garantir dignidade, igualdade e equidade para as pessoas, a começar pelo acesso aos direitos básicos, dentre os quais estão a educação, do Ensino Básico ao Superior. Por isso, na contramão desse processo, sua participação e contribuição é muito importante, junto a uma entidade classista e representativa e mudando o cenário atual, em outubro, nas eleições!

Magda de Abreu Vicente
Dr^a em Educação, professora do IE e do PPGEDU da
Furg
Membro da diretora da Aprofung.

HARVEY, David. Neoliberalismo. História e implicações. SP: Ed. Loyola, 2008.

PUELLO-SOCARRAS, José Francisco. Novo Neoliberalismo: arquitetura estatal no capitalismo do século XXI. REAd. Rev. eletrôn. adm. (Porto Alegre) [online]. 2021, vol.27, n.1, pp.35-65.
Epub Mar 24, 2021

APROFURG APROVA ALTERAÇÃO DO SEU ESTATUTO E REGIMENTO



Na tarde do dia 15 de agosto, a Aprofurg - Seção Sindical do ANDES-SN realizou mais uma assembleia geral da categoria docente. Na oportunidade, foram discutidas as modificações do Estatuto e do Regimento da Aprofurg, incansavelmente tratados pela diretoria, base e uma comissão que foi criada somente para tratar deste tema. Por unanimidade, as alterações sugeridas foram aprovadas na assembleia. Além dos(as) professores(as) presentes, a assessoria jurídica da Aprofurg também esteve representada, através do advogado Leandro Bemvenuti.

A primeira-tesoureira da Aprofurg, Magda de Abreu Vicente, que acompanhou de perto esta pauta, destacou a motivação para vencer mais este desafio dentro do

sindicato. “Essas alterações são um sonho da nossa diretoria, porque não é um assunto muito simples de se debruçar. Nós precisávamos discutir essas alterações com todos(as) os(as) nossos(as) sindicalizados(as), e, portanto, foi um processo longo de construção dessa modificação”, disse.

A ideia de modificar o Estatuto e Regimento se deu porque a Aprofurg é uma associação civil e também uma seção sindical do ANDES-SN. “O estatuto é da associação civil, e o regimento interno é da seção sindical, vinculado ao estatuto do ANDES-SN”, explicou o advogado, Leandro Bemvenuti.

HISTÓRICO

A diretoria da Aprofurg começou o debate no ano de 2021, com a assessoria jurídica do sindicato, realizando reuniões em setembro e outubro do ano passado, além de

diversas trocas de mensagens e e-mails. Após estes contatos jurídicos, a diretoria da Aprofurg também se reuniu para discutir as possíveis modificações nos documentos. “No dia 13 de dezembro do ano passado, fizemos uma assembleia para criar uma comissão exclusivamente para debater o Estatuto e o Regimento, composta por professores(as) da base e da diretoria”, comentou a Magda.

A comissão foi formada pelos professores Eder Dion de Paula Costa, Marcelo Cafrune e Manoel Luis Martins da Cruz, além das professoras Magda Vicente e Marcia Umpierre. O grupo se reuniu diversas vezes de forma remota, debatendo a Aprofurg enquanto associação e seção sindical do ANDES-SN, as implicações administrativas e políticas da modificação da personalidade jurídica da Aprofurg, o resgate histórico das atas do sindicato junto ao cartório, além da consulta sobre as personalidades jurídicas das outras seções sindicais, junto à secretaria do ANDES-SN, em Brasília.

Inúmeras alterações foram propostas nos documentos, entre elas a equiparação entre o Estatuto e o Regimento, a criação do Conselho de Representantes, a reorganização dos prazos para o chamamento de eleições, a organização da Comissão Eleitoral, a inclusão do IFRS no Regimento, entre outras.

DELIBERAÇÕES

O edital da assembleia geral de modificação do Estatuto e Regimento foi enviado para todos(as) os(as) sindicalizados(as) com antecedência, além de ser publicado no jornal Diário Popular, na edição do dia 8 de agosto de 2022.

Após debates, na assembleia do dia 15 de agosto, os professores e as professoras presentes aprovaram, por unanimidade, a modificação do Estatuto e do Regimento da Aprofurg. Agora, para que as alterações entrem em vigor, será preciso obter a

assinatura de um terço dos(as) sindicalizados(as) para o Estatuto, e de dois terços dos(as) sindicalizados(as) para o Regimento.

PRÓXIMOS PASSOS

Durante os próximos dias, a Aprofurg estará colhendo as assinaturas dos(as) sindicalizados(as) no livro de atas que aprova as alterações do Estatuto e do Regimento Interno. Quando completados os mínimos de assinatura exigidos pela legislação, para que as alterações passem a ter validade, o novo Estatuto será levado a registro no cartório de pessoas jurídicas, e o Regimento Interno será levado à apreciação em congresso do ANDES-SN.

Inúmeras alterações foram propostas nos documentos, entre elas a equiparação entre o Estatuto e o Regimento, a criação do Conselho de Representantes, a reorganização dos prazos para o chamamento de eleições, a organização da Comissão Eleitoral, a inclusão do IFRS no Regimento[...]

Informe jurídico



LINDENMEYER
ADVOCACIA & ASSOCIADOS

CUIDADO PARA NÃO ATRASAR O SEU PEDIDO DE PROGRESSÃO

A categoria docente vinculada a FURG possui direito a progressão funcional de nível ou classe na carreira a cada 24 meses (desde que preenchida a pontuação mínima do RAD). Ocorre que se o(a) professor(a) atrasar o seu pedido de progressão, ou seja, fizer o pedido de progressão funcional depois de preenchidos os 24 meses, terá um prejuízo remuneratório imediato, e que irá se renovar a cada nova progressão. Isso porque a FURG garante a progressão e o respectivo pagamento, condicionada a data do requerimento. A data do requerimento é o

marco inicial dos efeitos financeiros da progressão. Todavia, o poder judiciário tem garantido em ações judiciais o direito a progressão a partir da data do preenchimento dos 24 meses, mesmo que o requerimento tenha sido feito depois, com atraso. Portanto, é importante que os(as) docentes façam o pedido de progressão funcional antes do preenchimento dos 24 meses, e caso tenha ocorrido de fazer depois deste prazo, é possível corrigir a situação na via judicial. Para maiores informações a assessoria Jurídica da APROFURG atende na sede do sindicato nas terças e quintas pela manhã.

Expediente

GESTÃO 2020-2022

Presidenta - Marcia Borges Umpierre
Vice-Presidente - Gustavo Borba de Miranda
1ª Secretária - Sabatha Catoia Dias
2º Secretário - Cristiano Ruiz Engelke
1ª Tesoureira - Magda de Abreu Vicente
2ª Tesoureira - Cristiane Simões Netto Costa
1º Suplente - Mário José Junges

ASSESSORIA DE IMPRENSA

Jornalista: Diego Balinhas - MTB/RS 15.569
Designer Gráfico: Diogo dos Santos Gonçalves
(imprensaaprofurg@gmail.com)



APROFURG
SEÇÃO SINDICAL ANDES/SN



EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ELEIÇÃO

A Presidente, no uso de suas atribuições, convoca os sindicalizados para eleições com o seguinte calendário eleitoral:

AGOSTO

DIA 26/08/2022- DIVULGAÇÃO DO EDITAL;

SETEMBRO

DIA 15/09/2022- LIMITE PARA INSCRIÇÃO DAS CHAPAS ATÉ AS 18:00 HORAS, NA SEDE DA ENTIDADE;

DIA 16/09/2022- DIVULGAÇÃO DAS CHAPAS;

DIA 21/09/2022- HOMOLOGAÇÃO DAS CHAPAS;

DIA 26/09/2022- INÍCIO DA CAMPANHA ELEITORAL;

OUTUBRO

DIAS 18 E 19/10/2022- ELEIÇÕES;

DIA 20/10/2022- ESCRUTÍNIO DO PLEITO E PROCLAMAÇÃO DO RESULTADO.

NOVEMBRO

04/11/2022- ASSEMBLEIA DE POSSE DA NOVA DIRETORIA.

RIO GRANDE, 26 DE AGOSTO DE 2022.
PROFª. MÁRCIA BORGES UMPIERRE
PRESIDENTE DA APROFURG-SEÇÃO SINDICAL